



LÍNGUAS EM CONTATO NO BRASIL CENTRAL: PARTICIPAÇÃO DA “MULTIDÃO SEM VOZ” NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS DO CICLO DO OURO

LANGUAGES IN CONTACT IN CENTRAL BRAZIL: PARTICIPATION OF THE "VOICELESS CROWD" IN THE
FORMATION OF PORTUGUESE IN THE GOLD CYCLE

Ulisdete Rodrigues de Souza Rodrigues (UnB)¹
ulisdete@gmail.com

Nathany Dias de Araújo (PPGL-UnB)²
nathanydyas@gmail.com

Alban Aminou Zossou (PPGL-UnB)³
albanio2015@gmail.com

RESUMO: este artigo⁴ contempla a questão do contato linguístico e das línguas em contato no cenário de formação e expansão do Português Brasileiro (PB), dando continuidade a uma agenda de trabalhos sobre o tema no âmbito do grupo de pesquisa ALEA (Associação da Linguística, Educação e Antropologia nos Estudos do Contato Linguístico e Grupos Sociais na África, Europa e Américas). Nele, focalizaremos aspectos das línguas e variedades em contato na diacronia oitocentista para destacar as contribuições sociohistóricas e estruturais da “multidão sem voz” de africanos e afrodescendentes que colaboraram na formação e difusão do PB, no Brasil Central, durante o período da economia brasileira denominado *ciclo do ouro*. Nosso objetivo é reunir elementos de uma das línguas africanas que contribuíram na gênese do PB nesse período, a Língua Fon ou Fongbé (LFB) do Benin, e de variedades linguísticas brasileiras – Variedade Mato-Grossense (VMT) e Variedades Kalungas de Goiás (VKG) – para somar argumentos em torno da questão da semicrioulização do Português Brasileiro. Em específico, trataremos (1) do panorama sócio-histórico e demográfico dessas formações linguísticas e (2) de aspectos fonético-fonológicos que as aproximam no cenário brasileiro. As referências básicas, entre outros, são Mattos e Silva (2002; 2004), Pessoa de Castro (1983; 2009), Holm (1992; 2011), Baxter e Lucchesi (1997), Petter (2005; 2011), Souza (1999), Araújo (2017) e Zossou (2020).

PALAVRAS-CHAVE: Português do Ciclo do Ouro. Língua Fon ou Fongbé do Benin. Variedade Mato-Grossense (VMT) do PB. Variedade Kalunga de Goiás (VKG).

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB. Coordenadora do Grupo de Pesquisa ALEA, Projeto Rotas e Projeto BADALA (Banco de Dados de Línguas Africanas e Afrodescendentes).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB. Integrante do Grupo de Pesquisa ALEA, Projetos Rotas e Projeto BADALA (Banco de Dados de Línguas Africanas e Afrodescendentes).

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB. Integrante do Grupo de Pesquisa ALEA, Projetos Rotas e Projeto BADALA (Banco de Dados de Línguas Africanas e Afrodescendentes).

⁴ Versão preliminar deste estudo – “Entre a África e a América: o Fongbé e as Variedades Mato-Grossense e Kalunga do PB” – foi apresentado no XXII Congresso Internacional de Humanidades (UnB - 2019).



ABSTRACT: this article contemplates the issue of linguistic contact and languages in contact in the scenario of formation and expansion of the Brazilian Portuguese (PB), continuing an agenda of work on the subject within the research group ALEA (Association of Linguistics, Education and Anthropology in linguistic contact studies and social groups in Africa, Europe and the Americas). In it, we will focus on aspects of the languages and varieties in contact in the 18th century diachrony to highlight the sociohistorical and structural contributions of the "voiceless crowd" of africans and afrodescendants who collaborated in the formation and dissemination of PB in Central Brazil, during the period of the Brazilian economy called the *gold cycle*. Our goal is to gather elements of one of the African languages that contributed to the genesis of PB in this period, the Fon or Fongbé Language (LFB) of Benin and Brazilian linguistic varieties – Mato-Grossense Variety (VMT) and Kalungas varieties of Goiás (VKG) – to add arguments around the issue of semicreolization of the Brazilian Portuguese. In particular, we will deal (1) with the socio-historical and demographic panorama of these linguistic formations and (2) phonetic-phonological aspects that bring them closer in the Brazilian scenario. The basic references, among others, are Mattos e Silva (2002; 2004), Pessoa de Castro (1983; 2009), Holm (1992; 2011), Baxter and Lucchesi (1997), Petter (2005; 2011), Souza (1999), Araújo (2017) e Zossou (2020).

KEYWORDS: Portuguese of the Gold Cycle. Language Fon or Fongbé do Benin. Matogrossense Variety (VMT) of PB. Kalunga Variety of Goiás (VKG).

Apresentação

Profundos laços de história, cultura e língua ligam o Brasil ao continente africano. Em uma só expressão: comum ancestralidade. Nossa língua brasileira, é, em grande parte, um legado das nações de África transplantadas por “um rio chamado Atlântico” ao continente sul-americano. E recontar passos dessa história é sempre necessário, uma vez que o Português Brasileiro (PB) tem ainda uma face parcialmente encoberta, não devidamente reconhecida, que é exatamente aquela da “multidão sem voz” formada pelos milhares de africanos e afro-descendentes que povoaram, fecundaram, cultivaram e enriqueceram o Brasil, transformando-se na maioria do povo brasileiro.

Nesse propósito, Rosa Virgínia Mattos e Silva, pesquisadora da história do Português Brasileiro, em vários pontos de sua obra, faz um apelo em favor da reconstrução da “socio-história linguística” das diversas áreas brasileiras, destacando, em especial, línguas que estiveram em contato e movimentos demográficos da população africana e afrodescendente pelo Brasil. Nas palavras da mestra, o chamado:

A meu ver, a reconstrução do passado do português brasileiro não pode deixar de estar atrelada ao conhecimento detalhado dos variados aspectos da história social no espaço brasileiro e dos avanços da atualidade das teorias do contacto linguístico. Também considero que



nessa reconstrução são questões essenciais buscar definir o problema da difusão maciça da língua portuguesa na sua forma brasileira, no nosso espaço geográfico (MATTOS E SILVA, 2002, p. 456)

Adentrando nesse contexto, em sentido teórico e prático, reuniremos elementos de da literatura linguística e crioulista que versam sobre a questão da contribuição decisiva dos africanos e afrodescendentes na formação e difusão da língua nacional, o Português Brasileiro (PB), e que trazem importantes teorias sobre a questão do contato linguístico diacrônico no Brasil, a um só tempo em que acrescentaremos o nosso contributo à questão, apresentando panorama sócio-histórico e elementos estruturais e culturais da Língua Fonbé ou Fon (LFB), uma das línguas presentes no cenário efervescente do País nascente, e das Variedade Mato-Grossense (VMT) e Variedade Kalunga de Goiás (VMG), que integram o português do extremo-oeste brasileiro ou Brasil Central⁵, exercendo relevante papel no cenário do Ciclo do Ouro.

O ciclo do ouro (XVII-XVIII) corresponde ao segundo período da economia brasileira, dos finais do século XVII até o início do segundo quartel do século XVIII. Em linhas gerais, após o declínio do Ciclo da Cana de Açúcar (XVI-XVIII), esse novo ciclo, mais intenso, porém mais efêmero, foi desencadeado pela “febre do ouro” que arrastou aventureiros, sonhadores, homens de bem e homens de toda sorte aos sertões. Tão relevante foi esse ciclo na história brasileira que fez com que o centro comercial, a capital do País, Salvador, fosse deslocada para o Rio de Janeiro para que o poder central se aproximasse das regiões das minas e controlasse o cobiçado minério, o ouro. Para Mello (2011, p. 181), a mineração desencadeou uma verdadeira “virada de valores”:

Os motivos são de várias naturezas e compõem uma ecologia que absorve questões socioculturais, políticas e econômicas. Com o descobrimento de pedras e metais preciosos em Minas Gerais no final do século XVII, evento este devido aos paulistas falantes da língua geral, a Coroa Portuguesa imediatamente apercebeu-se do potencial da região e da necessidade de controlá-la. Os paulistas foram combatidos e vencidos na conhecida Guerra dos Emboabas, e, com a partida deles, sua língua perdeu utilidade e prestígio, e foi substituída massivamente pelo português, trazido com as grandes levadas de aventureiros portugueses e também através de brasileiros que se deslocaram para a

⁵ Nome dado conforme a primeira proposta, de 1913, de divisão do Brasil em grandes regiões.



região em busca de riquezas. Neste cenário, a língua franca adotada foi português, em suas variantes, falado por pessoas de diferentes proveniências, competências linguísticas e etnias. A medida pombalina de estabelecimento da língua portuguesa como língua oficial do império português, em detrimento de qualquer outra [a Língua Geral em especial], não teria surtido efeito se fosse apenas uma medida legal, descontextualizada. Houve uma confluência de fatores que favoreceu o enraizamento do português no Brasil a partir da metade do século XVIII. A atividade mineradora, como já dito, e as consequências em termos de reorganização administrativa, financeira, demográfica e social, foi uma catapulta nesse processo.

De fato, a atividade mineradora chacoalhou o Brasil oitocentista. Com a descoberta dos aluviões de ouro nas regiões centrais, o tráfico escravagista deslocou-se quase completamente para lá e promoveu um intenso crescimento de fluxo e refluxo de gentes, comércio, línguas e variedades linguísticas africanas e afrodescendentes aos interiores brasileiros: da costa, do sul e do sudeste para as Minas Gerais (desde antes de 1711) e, dali, para os rincões dos Estados de Mato Grosso (1719) e de Goiás (1720). Acreditamos que esses dois Estados mais interioranos guardem ainda aspectos encobertos da sociohistória linguística brasileira, enquanto Minas Gerais dispõe de uma bibliografia mais robusta a ser acrescida, inclusive, por um próximo trabalho nosso. Por isso, neste estudo, concentraremos esforços na descrição dos contatos linguísticos e movimentos demográficos de africanos e afrodescendentes, a chamada “multidão sem voz” por Mattos e Silva (2004), que conferiram ao português falado no século XVIII, no interior do Brasil, aqui denominado Português do Ciclo do Ouro, uma feição linguística multifacetada e assemelhada ao Português do Ciclo do Açúcar, na costa brasileira.

1. Línguas e Variedades em Contato na Diacronia do Português Brasileiro

Na diacronia do Português Brasileiro, somam-se acontecimentos anteriores e posteriores a 1500 que envolvem povos, línguas e ciclos de economias mundiais. Na linha sucessiva dos passos da colonização europeia e da escravidão pelo mundo, parte do que aconteceu no velho continente entre África e Europa repercutiu em solo brasileiro. Por esse motivo, consideramos relevante tratar, em 1.1., o contexto sócio-



histórico da formação e expansão da Língua Fon, e, em 1.2. e 1.3., dos contextos respectivos de formação da Variedade Mato-Grossense e das Variedades Kalungas de Goiás para compreensão dos contatos entre povos e línguas e movimentos demográficos que resultaram nessas variedades do Português do Ciclo do Ouro no Brasil Central.

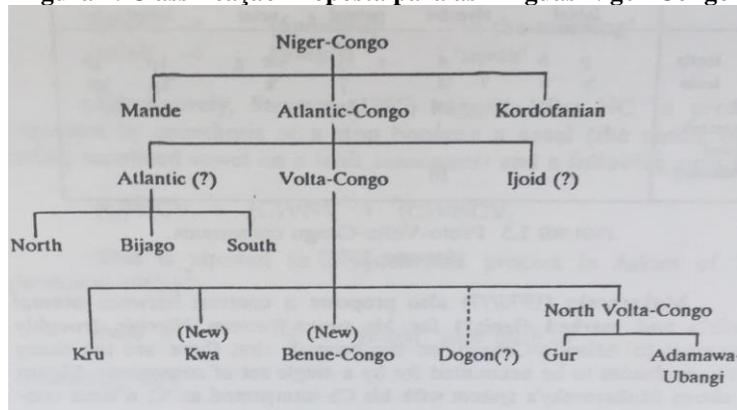
1.1. A Língua Fon ou Fongbé do Benin

Falar da língua Fongbé ou Fon, abordando seus aspectos linguísticos e culturais, é de suma importância para se entender seu funcionamento. Porém seu aspecto histórico, com sua carga de eventos e fatos que marcaram a sua consolidação não deve ser deixado de lado. A importância desse aspecto histórico se justifica quando se entende que foi um contexto de conquistas na antiguidade que proporcionou todo o crescimento que a língua teve lá e mantém na atualidade. Esses dois eixos serão, neste ponto, contemplados.

Nos tempos atuais, a língua Fon é falada por dois terços da população do Benin, segundo FADAIRO (2001). E o último censo da população realizado em 2013 pelo Instituto Nacional de Estatística e de Análise Econômica (INSAE) aponta que o Fon é falado por volta de 44% da população beninense. Visivelmente, essa língua se coloca como a língua mais falada do Benim de acordo com os falantes nativos ou não. Hoje em dia, a língua Fon se encontra em espaços fora dos limites geográficos da República do Benim. Assim, encontra-se a língua Fon na Nigéria e no Togo, que são países vizinhos.

Segundo as classificações das línguas africanas, o Fon faz parte do tronco linguístico Niger-Congo, do grupo Gbe, subgrupo kwa, da família Congo-kordafon (FADAIRO, 2001). Esse tronco é composto por quatro ramos – Afro-Asiático (353 línguas), Nilo-Saariano (197 línguas), Nigero-Congolês (1495 línguas) e Coissan (22 línguas) (cf. BONVINI, 2008)– sendo o Fon pertencente à família Nigero-Congolesa tal qual o Iroubá, Ibô, Ewe, Gun, Ijó, Mahi entre outras línguas. O tronco Niger-Congo representa um número de falantes estimado em mais de 260 milhões nas partes ocidental, central e meridional da África. Na figura 1, a classificação proposta para as línguas Nigero-Congolesas.

Figura 1. Classificação Proposta para as Línguas Niger-Congo



Fonte: WILLIAMSON (1989, p. 21)

Os estudos linguísticos direcionados à língua Fon tiveram início com os trabalhos de missionários católicos e militares (AKOHA, 2010) que iam ao Benim para cumprir propósitos militares e religiosos de evangelização das populações locais. Os religiosos, mais ativos nessa função, eram oriundos de uma congregação chamada Sociedade de Missões Africanas (SMA). Segundo relatos detalhados no livro “Éléments de grammaire de la langue Fon” dessa congregação, os primeiros estudos sobre o Fon foram do padre Joseph Joulord em 1897. Eram estudos focados em frases usuais e vocabulários francês-fongbe, e fongbe-francês. Depois, os trabalhos do padre Basile Segurola, focados na fonética, baseados no sistema de transcrição do International Phonetics Association (IPA) e do International African Institute (AIA), e no léxico fongbe-francês, tiveram um caráter mais científico devido à metodologia analítica dos dados.

A contribuição dos pesquisadores nacionais (em conjunto) teve lugar em 1973, com uma implicação política em relação, não apenas aos estudos do Fon, mas também em relação às outras línguas do território beninense, quando o governo revolucionário sentiu a necessidade e a importância de valorizar as línguas locais e promover seu ensino (SANNI e ATODJINOUE, 2012). Assim, a Comissão Nacional de Linguística (CNL) começou suas pesquisas para uma gramática uniformizada das línguas locais, com apoio do governo, e, em 1975, saiu o livro “Alphabet des langues nationales”. Desse modo, algumas línguas locais começaram a serem ensinadas para as populações.



Segundo LIGAN (2015), essas línguas eram: fongbe, ioruba, ajagbe, dendi, baatonu, ditamari, gun, fulfuldê, yom e gen.

Dessa contextualização sincrônica para a linha diacrônica do Fongbé, a língua Fon foi registrada desde o século XV, se considerarmos os relatos de viagem de Leão, o Africano, em 1507 e a cosmografia de Belfort (1575), aponta (AKOHA, 2010). Segundo o mesmo autor, ela era a língua de veículo da população chamada *Fon-Guedevi* na região de *plateau* da cidade de Abomey no sul do Benim. A região e a língua tiveram expansão e crescimento quando, por volta de 1600, a região foi conquistada pelo povo *Aja*, que saiu da cidade *Aja-tado* situada, hoje, perto da fronteira entre Benim e Togo. É importante destacar que *Danxomé*, cujo significado é “dentro da barriga da serpente”, era o nome do reino (atual Benin). Com efeito, o último chefe dos *fon-guedevi* se chamava “Dan” que significa serpente; e o primeiro rei na nova era construiu seu reinado na barriga do “dan” (cf. AHANHANZO-GLELE 1974; GNANGUENON 2014, AKOHA 2010).

Ao conquistarem os *Fon-Guedevi*, os novos donos do território acharam importante manter a língua Fon falada pela população – eles entendiam a língua como a alma do povo, e tirar essa alma seria matar esse povo –; e mantiveram também a organização social, apenas trazendo mais seriedade e justiça nas ações políticas, sociais, administrativas e religiosas. Com essa organização, foi criada pelo rei Houegbadja (1645-1685) a primeira constituição com um total de quarenta e uma leis (ALADAYE, 2008). Com a organização e a seriedade nas ações, mas sobretudo, com o juramento que cada rei fazia, de aumentar o espaço do reino, esse cresceu e se estendeu a quase todas as cidades do sul do Benim e uma parcela do centro e do norte.

Nessa expansão, a língua Fon que já era a língua oficial do reino do Danxomé (Dahomey ou Daomé), cuja capital era Abomey, se expandia e conseguia espaço nas comunicações sociais das populações. O contato com outros povos, nas empreitadas de conquistas, o convívio de pessoas oriundas de outros grupos etnolinguísticos no reino de Danxomé e a expansão da língua Fon a partir das conquistas, proporcionaram a entrada e a influência (empréstimos, sobretudo) de outras línguas locais no Fon. Nesse sentido,



a língua que apresenta mais marcas de presença no Fon (no âmbito nacional) é a língua Iorubá, cuja população se encontra principalmente na Nigéria e no Benim. O povo iorubá guerreiou durante muito tempo contra os Fon. As relações se instalaram nas conquistas e reconquistas dos dois povos. Assim, os povos falantes de Iorubá foram os grandes resistentes contra o exército do reino de Danxomé. Essa situação de contato favoreceu a presença de palavras emprestadas do Iorubá para o Fon (FADAÍRO, 2001).

Quando começou a colonização europeia pelo mundo, o reino de *Danxomé* cuja capital era Abomé, situado no sudoeste do Benim, mandou várias pessoas para a escravidão: escravos capturados nas conquistas, rebeldes do reino e pessoas forçadas. A história da escravidão como comércio internacional começou com a chegada dos europeus no continente africano. No caso do Benim, os portugueses foram os primeiros a desembarcarem nas costas do Benim em 1580 (FADAÍRO, 2001). Porém, apenas a partir do século XVIII, tem-se registros da instalação de pequenas fortalezas de portugueses, ingleses e franceses com propósitos escravizatórios no território beninense.

Todavia, séculos antes disso, no primeiro quartel do século XVI, entre 1538 e 1545, segundo alguns historiadores, começava o tráfico de escravos da África para o Brasil. Primeiramente, foram capturados escravos africanos falantes das línguas bantus e sudanesas e trazidos engenhos de açúcar de Pernambuco e da Bahia. Grandes levas de diferentes populações iorubá saíram do comércio doméstico local africano para o tráfico internacional de escravos (cf. PRANDI, 2000, p. 54-55). Nesse ambiente, africanos de origem Fon passam a fazer parte da historiografia brasileira do terceiro ao quarto ciclo do tráfico em direção à Bahia:

1o) o ciclo da Guiné durante a segunda metade do século XVI; 2o) o ciclo de Angola e do Congo no século XVII; 3o) o ciclo da Costa da Mina durante os três primeiros quartos do século XVIII; 4o) o ciclo da baía de Benin [grifo nosso] entre 1770 e 1850, estando incluído aí o período do tráfico clandestino. A chegada dos daomeanos, chamados jejes no Brasil, deu-se durante os dois últimos períodos, enquanto a dos nagô-iorubás corresponde sobretudo ao último (VERGER, 1987, p. 10 *apud* PRANDI, 2000, p. 54-56).

Pessoa de Castro (2009, p. 179), valendo-se da classificação proposta por Joseph Greenberg em 1966, apresenta um quadro bastante completo das línguas subsaarianas registradas nos documentos brasileiros durante o período da escravidão. Entre as quais destaca-se a presença a língua Fon, no século XVIII – o século do ciclo do ouro – em direção às zonas de mineração de Minas Gerais e, certamente, aos seus arredores, conforme quadro 1. E, na figura, destacamos um mapa que mostra o Fon no contexto das línguas africanas (LAS) que predominaram no Brasil.

Quadro 1. Línguas Subsaarianas no Brasil

Família	Grupo Lingüístico	Língua	Século de Registro	Localização	
Niger-Congo	Banto	Congo-Angola	XVII ao XIX	Salvador (Bahia)	
	Oeste-africanas	KWA	Ewe-fon ou mina-jeje [grifo nosso]	XVIII	Zona de Mineração - Minas Gerais
			Nagô-iorubá	XIX	Centro urbano-Salvador (Bahia)
		Tapa ou nupe	XIX	Centro urbano-Salvador (Bahia) -minoritária	
	Atlântico ocidental	Fulani	XIX	Centro urbano-Salvador (Bahia) -minoritária	
Gur ou Voltáico	Grunce	XIX	Centro urbano-Salvador (Bahia) -minoritária		
Afro-asiática	Afro-asiático	Hauçá	XIX	Centro urbano-Salvador (Bahia) -minoritária	

Fonte: PESSOA DE CASTRO (2009, p. 179)

Figura 2. Língua Fon no Contexto das Línguas Africanas



Fonte: PETTER (2011, p. 262)



1.2. A Variedade Mato-Grossense do Português Brasileiro

A Variedade Mato-Grossense (VMT) é aqui assim denominada em relação ao Português Brasileiro em geral, compreendendo falares do Mato Grosso oitocentista⁶, em especial o da primeira capital do Estado, Vila Rica da Santíssima Trindade, da atual capital, Cuiabá, e das cidades menores existentes à época ou circunvizinhanças denominadas conjuntamente de Baixada Cuiabana. Na realidade, há uma conjunção gradativa de traços nesses locais, mas, para efeitos de conjunto, a terminologia Variedade Mato-Grossense contempla o fato de o Português Brasileiro, como toda língua natural, compor um guarda-chuva que abriga inúmeras variedades regionais com características próprias e essas, por sua vez, compõem um leque de variedades locais.

A VMT foi formada no extremo-oeste brasileiro, em sucessivas etapas sociohistóricas, com a contribuição, em menor ou maior grau de força e proporção numérica, de falantes de línguas indígenas do tronco macro-jê, do castelhano das fronteiras sul-americanas, em especial Paraguai e Bolívia, da Língua Geral Paulista (LGP) dos mamelucos bandeirantes – os famosos luso-ameríndios do Planalto de Piratininga, descendentes de portugueses e índios tupi-guaranis –, das línguas africanas nigero-congolesas e das variedades faladas por africanos e afrodescendentes da costa canavieira, onde, segundo hipóteses crioulistas, podem ter chegado um ou mais crioulos, uma ou duas línguas francas africanas ou terem sido criados mais de um ou vários crioulos no início da sociedade de plantação canavieira. Esse tipo de sociedade começou em 1520 e foi acelerada com o advento da instalação dos primeiros engenhos.

Pelos registros e narrativas históricas, o Brasil foi a capital da escravidão no mundo. Como a força de trabalho indígena não correspondeu aos intentos colonizadores, a demanda crescente por mão de obra nas plantações de cana de açúcar e engenhos forçou entrada constante de milhares de escravos africanos no Brasil. Para os portos e confins brasileiros chegaram, conforme Viana (1920, p. 320), africanos felupos, minas, cabindas, angolas, fons/gêgis, monjolos, benguellas, cassanges, libolos, gingas,

⁶ VMT corresponde a PMB (Português Mato-Grossense Basileto), descrito por Souza (1999; 2020 [2001]).



mandingas, haussás, jalofos, yorubás, egbas, felanins, achantis, fulas, yebús, krumanos, timinis, efans, congos, cangalas, bambas, bantús e nagôs e de outras tantas nações africanas.

Nos séculos XVI e XVII, os grandes centros de condensação africana foram Bahia e Pernambuco. Nos séculos XVII e XVIII, Bahia e Rio de Janeiro. Dali, correntes de escravos eram direcionadas para outros pontos de redistribuição em toda a colônia. Mattos e Silva (2004, p. 101) elaborou um painel da formação populacional do Brasil entre 1538 e 1890 com base nos estudos de Alberto Mussa (1991). Entre 1700-1800, período sobre o qual tratamos e que corresponde ao ciclo do ouro, africanos e afrodescendentes – “negros brasileiros”, “mulatos” – constituíam maioria da população e esses últimos só aumentaram nos séculos seguintes, conforme quadro 2:

Quadro 2. Formação Populacional do Brasil entre 1538 e 1890

	1538-1600	1601-1700	1700-1800	1801-1850	1851-1890
africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	--	20%	21%	19%	13%
mulatos	--	10%	19%	34%	42%
Branços brasileiros	--	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: MUSSA (1991, p. 163 *apud* MATTOS E SILVA, 2004, p.101)

No movimento frenético e voraz do tráfico, anualmente, aportavam 40.000 escravos africanos no País. Com eles aportaram também suas línguas, de 200 a 300 línguas e variedades linguísticas comuns a grupos vizinhos em seu território de origem. Logo, era natural que, no Brasil colônia, a mestiçagem de sangue resultasse em mestiçagem também de línguas. Ao longo dos três primeiros séculos, o contato multilinguístico entre as línguas indígenas tupi-guarani, as variedades de norte e sul de Portugal, as línguas africanas e variedades africanas chegadas de base Benuê-Congo ou Bantu, como Yorubá, e Benuê-Kwa, como o Fongbé, entre outras, a Língua Geral Paulista, as línguas indígenas macro-jê dos interiores brasileiros, além do português estrangeirado das fronteiras fez com que o Português Europeu (PE), em portos variados



do País, fosse gradativamente alterado lexical e gramaticalmente pelos mestiços brasileiros e adquirisse os contornos multidialetais da língua nacional de hoje.

Nesse espaço cronológico, os primeiros registros da presença africana em Mato Grosso datam de 1719. As monções que chegavam à região de mata cerrada no coração do Brasil eram compostas por escravos vindos de outras localidades litorâneas e também de recém-chegados da África, segundo autores como Corrêa Filho (1994, p. 105). Em 1722, a descoberta das Lavras do Sutil promoveu avalanche migratória em Mato Grosso. Segundo cronistas locais, “a febre do ouro se espalhava mais rápido do que rastilho de pólvora” e “o ouro de Cuiabá enlouquecia”. Do litoral e do sertão de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí chegavam “copiosos grupos de homens rudes se dirigiam para a promessa de vida nova” (CORRÊA FILHO, 1994, p. 201).

Em terras mato-grossenses, a presença escrava era massiva nos espaços laborais. Era a mola propulsora nas lavras auríferas, mas também era a força de trabalho em plantações, pequenos engenhos, tropas, pecuária, lidas domésticas, trabalhos braçais e manuais locais. Na linguagem e na cultura regionais, essa presença completaria o traçado da Variedade Mato-Grossense que já vinha sendo delineada com a interação entre índios do interior e castelhanos das fronteiras naquele espaço geográfico, onde entrecruzavam-se, de um modo acirrado, para usar termos de Mattos e Silva (2009), a trajetória colonizadora europeia, dizimada indígena e dilacerada africana.

O trabalho nas minas exauria minérios e homens. A escravidão moía gentes e sonhos no Brasil Central. Para escapar desse jugo, os escravos fugiam para zonas mais distantes como Goiás, entretanto, o mais comum era que se acantonassem em quilombos e aldeias indígenas circunvizinhas, originando os mestiços cafuzos mato-grossenses. Em alguns quilombos, coabitavam índios e negros numa espécie de necessária e salvadora aliança. O contato entre esses grupos etnolinguísticos variados, nos conhecidos e nos mais insondáveis recônditos mato-grossenses, acelerou trocas e empréstimos linguísticos. A partir das primeiras gerações nativas, no entanto, o contexto favoreceu surgimento de uma variedade reestruturada do português e adaptada

às necessidades comunicativas do interior brasileiro, nas fazendas, nas cidades, nas minas de ouro e diamantes.

Em Mato Grosso, relativamente ao aumento da população de africanos e afrodescendentes, no ano de 1727, há registro de 2.600 escravos trabalhando nas lavras de ouro da capital (cf. HOLANDA, 1945, p. 55). Com o passar do tempo e das gerações, naturalmente, africanos e seus descendentes dominaram numericamente o cenário humano e linguístico da região. Em 1791, as áreas colonizadas contabilizavam 22.638 habitantes. “Três quartas partes ou mais” desses eram, conforme registros oficiais, “negros, mulatos e outros mestiços”. Por volta de 1800, relatório oficial notifica a maioria de “pretos” e “mulatos” em Vila Bela e na nova capital do Estado, Cuiabá:

Quadro 3. Relatório Oficial da População em 1800

	Vila Bela	Cuiabá	Total
Branços	504	3.738	4.242
Índios	131	884	1.015
Pretos	5.163	9.112	14.275
Mulatos	1.307	5.997	7.304
Escravos			
Pretos	3.848	7.106	10.954
Mulatos	132	824	956
	3.980	7.930	11.910

Fonte: CORRÊA FILHO (1994, p. 633 *apud* SOUZA, 1999, p. 30)

Essa demografia populacional elevada de africanos e afrodescendentes foi a tônica nas zonas auríferas espalhadas pelo Brasil. Exaustas as minas, nos finais do século XVIII e início do século XIX, estava encerrado o ciclo do ouro em Mato Grosso. O número de mestiços livres começava a ser maior do que o de escravos nas senzalas. E eles se espalharam por todo o Estado, para estados vizinhos como Goiás e para outras regiões do País. Tornaram-se, assim, como nas demais regiões brasileiras, no “segmento demográfico dominante no Brasil colonial e principal elemento difusor do português no Brasil” (cf. MATTOS E SILVA, 2007, p. 455).



1.3. A Variedade Kalunga de Goiás

A Variedade Kalunga de Goiás, aqui assim denominada, congrega falares das comunidades kalunga de Vão de Almas, Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois e Contenda e de outras comunidades que compõem o Sítio Histórico Kalunga. Ela representa um conjunto de variedades linguísticas locais que constituem a suprariedade regional do Português Brasileiro (PB) que é falado em Goiás, a chamada Variedade Goiana. Tendo explicado isso, adentrando um pouco mais nas rotas diacrônicas pelo Brasil Central, prosseguimos com a *sociohistória linguística brasileira* relativa à saga do contato de povos e línguas no período do ciclo do ouro, no Estado de Goiás.

Localizado no Planalto Central brasileiro, atualmente, as coordenadas geográficas dão conta que o Estado de Goiás está situado ao norte com Tocantins; a leste e sudeste com Minas Gerais; a leste com a Bahia; a sudoeste com Mato Grosso do Sul e a oeste com Mato Grosso⁷. Entretanto, é importante destacar que até 1749, Goiás era território da grande região definida no mapa cartográfico da época apenas como São Paulo. No correr da história, no final do século XVII e início do século XVIII, as bandeiras de São Paulo do Planalto Piratininga chegaram ao Planalto Central atraídas pelas inúmeras promessas de riquezas, metais preciosos e mão de obra indígena farta, no coração do Brasil. Nesse período, Goiás passou a ser visado também por senhores de engenho da costa, que vinham aventurando-se pelos sertões brasileiros.

Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como o Anhanguera, foi um dos principais sertanistas do movimento. Ele organizou a bandeira que adentrou o sertão rumo a Goiás em 1722. Lá chegando, descobriu córregos auríferos e minas tão ricas quanto as de Cuiabá. Daquele ponto, organizaram um novo agrupamento acrescido, também, por senhores de engenho vindos das cidades litorâneas com seus escravos, os quais funcionariam como mão de obra no trabalho das diversas minas abertas em Goiás (cf. MELLO, 2011). Dessa maneira, os africanos e afrodescendentes chegaram às cidades que compõem o centro goiano por meio das bandeiras de Piratininga.

⁷ Importante destacar que Mato Grosso constituía apenas um único Estado Federativo até 1977.



No período em que a exploração das Minas do Goiás atingiu o seu auge, os africanos foram “o combustível necessário para o andamento e para a eficácia do processo minerador, enriquecendo a metrópole com o seu minucioso trabalho” (ARAÚJO, N. 2017, p. 25). Em conjunto com indígenas e mestiços bandeirantes, esse contingente africano e afrodescendente compôs parte decisiva da população de Goiás, falantes locais da variedade do Português que se reestruturava ao sabor do tempo, dos contatos e das sucessivas gerações no Brasil Central.

Em 1736, um pouco mais da metade da população goiana era composta por escravos, ainda que existisse a possibilidade de oscilação nesses números, pois os fazendeiros escondiam a quantidade exata de escravos para não pagarem taxas altas de impostos para o Estado e para a Igreja. Nas palavras de Cardoso (2008, p. 2):

Consta nos registros deixados por Palacín e Moraes (1989) que, em 1736, havia na Província de Goiás 10.263 escravos para uma população de menos de 20.000 pessoas e esse número foi crescendo de tal forma que no início do próximo século, segundo o autor, a população branca não correspondia a 14% do total de habitantes.

Os escravos africanos trabalhavam tanto nas lavouras quanto nas minas auríferas, onde tinham a função de extrair e separar o ouro. A jornada massacrante de trabalho extrapolava o limite do humano, passando de 18 horas diárias e, ainda, enfrentavam castigos perversos que, muitas vezes, levavam à morte. Na região de Goiás, os escravos africanos tiveram costumes e práticas de suas nações abandonados ou sincretizadas, a exemplo do que ocorreu no restante do Brasil. Motivos para que as fugas de escravos começassem a acontecer e, conseqüentemente, o seu forte isolamento em vales e serras interioranas estão relacionados a esse contexto de exploração das minas de ouro em Goiás e ao sistema de escravidão na extração dos metais preciosos.

Em meio a esse grande processo de desumanização, cada vez mais, os escravos passaram a escapar dos centros de extração de ouro, adentraram as distantes terras isoladas e, dessa forma, foram construindo povoados secretos, os chamados quilombos, entre morros e vales de difícil acesso. Hoje, esses territórios remanescentes são



reconhecidos como legado da resistência afro-brasileira, sendo habitados por população afrodescendente denominada *quilombola* tal qual as suas localidades.

No interior do Estado de Goiás um dos grandes destaques desse tipo de povoação é o Sítio Histórico Kalunga. Esse quilombo remanescente de Goiás foi construído e passou a ser povoado no início do século XVII e permaneceu isolado de qualquer tipo de contato até o ano de 1980. Há três cidades goianas que abrigam o Patrimônio Cultural Quilombola em questão, sendo elas: Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre. Por sua extensão, a comunidade Kalunga é composta por 04 principais povoados: Vão de Almas, Vão do Moleque, Vão da Contenda e Ribeirão dos Bois. Cada uma dessas comunidades possui suas especificidades, mas preservam a ancestralidade comum, aspectos linguísticos, culturais e econômicos semelhantes.

Em 1770, a mineração entrou em completa decadência no Estado de Goiás, muitos povoados sustentados pela economia aurífera começaram a ser abandonados e a economia passou a ser rural, baseada nos produtos de subsistência. Quando ocorreu a abolição da escravatura, em 1888, a tão sonhada libertação não foi capaz de mudar a situação na qual os escravos se encontravam com quase nenhum trabalho e moradias precárias. No final de século XIX, grande parte da população goiana era constituída por afrodescendentes espalhados por todo o estado. Enquanto isso, algumas comunidades de africanos e afrodescendentes incrustados em todo o Brasil, como os Kalunga, permaneceram afastados das cidades, mantendo pouco contato ao mesmo tempo em que mantiveram vivos reminiscências e traços de um mundo interiorano em muito africanizado. Doravante, nos concentraremos nesses traços.

2. Participação de Africanos e Afrodescendentes no Português Brasileiro

Africanos e afrodescendentes atuaram decisivamente na construção do PB, somando e reestruturando *inputs* gramaticais – fonética, fonologia, morfologia, sintaxe – europeus, africanos e ameríndios espalhados pelos brasis regionais. Eles constituíram o “segmento demográfico dominante no Brasil colonial e principal elemento difusor do português no Brasil”, segundo Mattos e Silva (2007, p. 455). Por assim também entender, e estando o trabalho situado no terreno da Crioulística, neste item, em



perspectiva geral (2.1), faremos breve incursão pelo universo das teorias relativas à natureza do PB que coexistem no macrocenário da Linguística do Contato, envolvendo Linguística Histórica, Etnolinguística e Sociolinguística, para, em seguida, tratarmos de aspectos linguísticos do Fon, da VMT e da VKG, em perspectiva específica (2.2).

2.1. Em Perspectiva Geral – Português Brasileiro

No Brasil, as teorias existentes para tratar da questão dos contatos linguísticos e explicar as faces multifacetadas do Português Brasileiro vêm de várias fontes, mas, a grosso modo, podem ser resumidas em duas grandes correntes. Aquela linha teórica que defende que esse processo foi derivado de mudança intersistêmica, motivada pelo contato linguístico, sendo o PB resultado de um processo de crioulização, de semicrioulização ou de crioulização prévia com transmissão linguística irregular. E aquela que advoga a favor da mudança intrassistêmica, processo motivado pela deriva secular do PE em terras brasileiras e pela própria (oper)ação dos universais linguísticos.

Pela primeira corrente, de natureza externalista e sociolinguística, diante da pujança e magnitude do caso brasileiro, pesquisadores estrangeiros, como Guy (1981), questionam sobre como teria sido possível evitar crioulização num cenário tão favorável. Outros, como Holm (1992), argumentam a favor da semicrioulização, ou seja, processo de reestruturação gramatical do PE em contato com as línguas indígenas e, em especial e determinadamente, com as línguas africanas no Brasil; algumas das quais, inclusive, seriam línguas crioulas, como o São Tomense, ou línguas francas na África. Pesquisadores brasileiros como Baxter e Luchesi (1981), por sua vez, com bases em estudos em comunidades afro-brasileiras, argumentam que, se houve crioulização no Brasil, foi crioulização prévia e em grau leve, podendo ser melhor explicada por um processo de transmissão linguística irregular (TLI).

De fato, destacamos que o caso brasileiro é complexo e vem repleto de variáveis. Em se tratando de dados linguísticos, há profundas diferenças entre o Português Padrão mais aproximado do PE e o Português Popular que são “mais radicais em dialetos rurais” e que também são típicos de línguas crioulas, como a preferência pela marcação do plural no primeiro elemento do SN, a redução drástica do paradigma flexional, a



dupla negação entre outros traços. Assim, traços do PB podem ser creditados à influência do *substrato*, isto é, línguas africanas constituintes do caldeirão de traços que resultou na língua nacional. Entre essas características incluem-se o emprego de estruturas negativas duplas, palatalização de /t/ e /d/ antes da vogal fechada /i/, troca de /r/ e /l/ que são alófonos nas línguas Bantu e a regularização do padrão silábico CV (cf. HOLM, 1989).

Pela segunda corrente, de natureza internalista ou imanentista, há estudiosos que defendem, como Naro e Scherre (2007, p. 47), que traços característicos do PB são próprios da *deriva secular* do PE ao longo de um vetor de desenvolvimento e que, no Brasil, “as condições mostraram-se mais propícias” para que essa tendência fosse acirrada devido a uma “confluência de fatores”. E há estudiosos que defendem a presença dos universais linguísticos no PB, como o emprego do mesmo verbo para existência ou posse, a ausência da estrutura passiva e a preferência pela diátese lexical, o emprego de uma preposição multifuncional para exprimir lugar e direção e o emprego da mesma ordem de constituintes nas orações afirmativas e interrogativas. Para Noll (2008, p. 214), tais traços “ocorrem não só na África, mas também nas línguas crioulas de base portuguesa da Ásia, e lá, portanto, não se pode atribuir nenhuma influência africana”, como a queda do /r/ final, uso do pronome pessoal como pronome objeto entre outros.

No próximo item desse estudo, trataremos de alguns desses traços do componente fonético-fonológico com base no elencário de alguns desses estudiosos que, independentemente da postura teórica, indicam quase os mesmos traços caracterizadores do PB que o distinguem do PE. Entre esses autores e obras, incluem-se Houaiss (1915), Baxter e Luchesi (1997), Souza (1999), Bonvini (2008), Taddoni (1999; 2005; 2009), Noll (2008), Pessoa de Castro (2009; 2011) e Holm (2011).

2.2. Em Perspectiva Específica – Língua Fon, VMT e VKG

Camadas sedimentadas de uma língua ou variedade linguística podem ter sua sobreposição observada a partir de registros antigos, traços atuais ou de algum indício teórico que possa aventá-las. Assim pensando, utilizaremos dados fonético-fonológicos

sincrônicos da Língua Fon, das variedades VMT e VKG para compararmos e aventarmos interinfluências no passado do PB como uma língua de forte ascendência africana. Na fonética e na fonologia do PB, há muitos traços característicos que são creditados aos africanos – “99% da população no trânsito do século XVIII” (HOUAIS, 1915, p. 127) –, como instabilização das vogais finais [o, e], instabilização do [l] final, redução dos ditongos *ei* > *e* e *ou* > *o*, oscilação entre as líquidas [l, r] e desaparecimento de [r, s] finais. Processos dessa natureza, que envolvem o nível segmental (2.1.1) e que podem ter implicações o nível silábico (2.2.2) serão contemplados neste subitem.

2.2.1. Nível Segmental

No nível da segunda articulação ou dos elementos não dotados de significado, vogais e consoantes caracterizam o que de mais elementar uma língua ou uma variedade linguística possui, mas, em casos de contato linguístico, são os primeiros elementos – ao menos a olho nu e ouvido cru – a darem sinais ou indícios de que algum processo interlinguístico transformador está acontecendo entre as línguas envolvidas. Assim sendo, neste subitem, apresentaremos os quadros das vogais e das consoantes do FG, da VMT e da VKG ao mesmo tempo em que estabeleceremos o cotejo entre elas.

No tocante ao sistema vocálico, destacamos que, na África, conforme Clements (2000, p. 134), são encontrados três tipos básicos de sistemas. Eles formam conjuntos simétricos de vogais anteriores e posteriores com uma vogal central baixa, vide quadro:

Quadro 4. Sistemas Vocálicos nas Línguas Africanas

(i)	5 vowels		7 vowels		9 vowels	
	I	u	i	u	i	u
					I	U
	ε	o	e	o	e	o
			ε	ɔ	ε	ɔ
	a		a		a	

Fonte: CLEMENTS (2000, 134)

Segundo Clements (200, p. 134), o sistema de cinco vogais é comum nas línguas Afroasiáticas, Bantu e Khoisan. O sistema de sete, nas línguas Nilo-Sahariana e Niger-

Congo, incluindo Bantu. O sistema de 9 nove vogais é também encontrado nas Nilo-Sahariana e Niger-Congo, mas é raro nas línguas Bantu. Além desses três tipos, o sistema de 3 vogais /i u a/ é também encontrado em algumas línguas afroasiáticas. A Língua Fon ou Fongbé do Benin enquadra-se nas línguas do segundo tipo, dispondo de 7 vogais orais elementares. No quadros abaixo, há a especificação do quadro vocálico do Fon e exemplos para cada uma das vogais especificadas nele:

Quadro 5. Sistema Vocálico do Fongbé

	Anterior	Central	Posterior
Alta / Fechada	i		u
Média Alta / Meio Fechada	e		o
Média Baixa /Meio Aberta	ɛ		ɔ
Baixa /Aberta		a	

Fonte: elaborado pelos autores

Quadro 6. Exemplos do Sistema Vocálico do Fongbé

	i	e	ɛ	a	ɔ	o	u
FON	m[i] você	dé oração	j[ɛ]le medir	azi amendoim	ac[ɔ] joia	s[o] montanha	any[u] couro

Fonte: elaborado pelos autores

Tal qual no Fon, o PB também tem sistema vocálico composto por sete vogais. Os sistemas vocálicos da Variedade Matogrossense e da Variedade Kalunga, tal qual o PB em geral, dispõem das mesmas sete vogais. O sistema vocálico e exemplos para ambas as variedades são encontrados em vocábulos comuns do dia a dia mato-grossense e goiano:

Quadro 7. Sistema Vocálico do PB, da VMT e da VKG

	Anterior	Central	Posterior
Alta / Fechada	i		u
Média Alta / Meio Fechada	e		o
Média Baixa /Meio Aberta	ɛ		ɔ
Baixa /Aberta		a	

Fonte: elaborado pelos autores

Quadro 8. Exemplos do Sistema Vocálico da VMT e da VKG

	i	e	ɛ	a	ɔ	o	u
VMT	p[i]ntado	vôt[e]!	p[ɛ]sca	m[a]i	p[ɔ]ça	[o]uro	tr[u]b[u]f[u]
VKG	Gar[i]mpava	Discr[e]nte	Mui[e]zada	C[a]rcunda	Mi[ó]	Pelej[ô]	al[u]vião

Fonte: elaborado pelos autores

Entre o quadro dos segmentos vocálicos do Fon e o quadro da VMT e da VKG, como pode ser observado, há total correspondência. Eles diferem, entretanto, do PE. Segundo Fernão de Oliveira (1536 *apud* MATTOS E SILVA, 2004, p. 135), com relação à produção dos sons vocálicos, os portugueses falavam “com grande repouso”, o que leva muitos autores a conjecturarem que, quando o PE chegou ao Brasil, não havia centralizações e alteamentos no seu quadro vocálico. Isso começa a acontecer, em Portugal, somente a partir do século XVII para o XVIII (cf. TEYSSIER, 2007); sendo que, atualmente, o PE “tende a eliminar vogais impronunciáveis na fonotática do português do Brasil, ao mesmo tempo em que dificulta o seu entendimento por parte do ouvinte brasileiro, fazendo-lhe parecer tratar-se de outra língua que não a portuguesa” (PESSOA DE CASTRO, 2009, p. 181). No Brasil, o sistema vocálico quinhentista não passou por mudanças: manteve-se até a atualidade com as aberturas e alturas da chegada, por isso alguns autores consideram esse um traço conservador no PB. Contudo, queremos somar-nos às vozes que dizem que esse é também um legado de nossas matrizes africanas, uma vez que esse traço pode ser constatado no quadro da Língua Fon e também na do Yorubá, duas das grandes fontes linguísticas do Brasil colônia. Entre essas vozes, a da etnóloga Yeda Pessoa de Castro (1983, p. 89) que cita Einar Haugen:

Por outro lado, não se pode deixar de considerar também com Einar Haugen que "uma palavra tomada por empréstimo terá a sua forma original reforçada se ela for aprendida na mesma fonte por um certo número de indivíduos que falam o mesmo dialeto e tenham o mesmo grau de bilinguismo".



E aqui consideramos importante desenvolver o raciocínio de que se o PE de 1500 tinha um sistema vocálico sem vogais alteadas e se as línguas africanas (LAS) em presença também tinham sistemas semelhantes é quase certo que esses traços se fundiram numa quase perfeita e natural simbiose. Das primeiras gerações de adultos às novas gerações de mestiços brasileiros com afrodescendência seria normal de se esperar, num contexto de aquisição assimétrica de L2, que traços coincidentes entre as matrizes europeia e africana fossem mantidos quase que instantaneamente e misturados, reforçados numa organicidade comum às coisas do mundo natural e, em especial, aquelas acirradas pelo contato, sendo, também, mais econômico e efetivo não ocorrerem modificações desnecessárias nesse contexto. Logo, esse traço não pode ser creditado a uma única fonte, a europeia: deve ser estendido às LAS, porque a força centrípeta das normas dessas línguas deve ter atraído, fundido, fortalecido e mantido esse traço na “piscina de traços” que resultou no PB.

Nesse particular, é relevante trazer para o nosso contexto discursivo o que Mufwene (2001, p. 04-05) postula, no relativo à semelhança na origem de crioulos e coinês no período da colonização europeia pelo mundo, dizendo que, nessa “piscina” ou “arena”, “traços associados com as mesmas ou semelhantes funções gramaticais vieram a competir entre si” e também a misturar suas “heranças”, ou seja, “traços que são semelhantes, mas não necessariamente idênticos, vieram reforçar um ao outro”. Desse modo, “as novas variedades reestruturaram não só combinações particulares de traços”, mas também o “modo pelo qual esses traços foram sendo (...) ajustados aos novos sistemas”.

No início dos setecentos, no Brasil Central, muito antes da proibição do uso da Língua Geral (1758) pelo Marquês de Pombal, quando não havia escolas⁸ e nem o suposto controle estatal sobre a língua oficial do Brasil (que deve ter demorado a ocorrer de fato), falantes adultos, jovens e crianças das LAS vindas diretamente de África, como o Fon, ou da Costa Canavieira do Brasil, da Língua Geral Paulista, das

⁸ Sobre o tema, Alves (2012, p. 7) destaca: “Somente a partir de 1772, com a instituição do Subsídio Literário e a obrigatoriedade de criação de escolas de primeiras letras é que se percebe, através de discursos dos governantes, a proposta de criação de escolas menores em Mato Grosso”.



línguas indígenas Tupi-Guarani e Macro-Jê conviviam numa espécie de babel interiorana que, aos poucos, com o passar do tempo e das gerações, foi encontrando seu denominador comum: a variedade do PB denominada Português do Ciclo do Ouro, e que, aqui, congrega a VMT e a VKG.

Tanto na VMT quanto na VKG, as vogais apresentam-se do mesmo modo que no Fon e no PE quinhentista. Na atualidade, ocorre nelas fato comum de as vogais médias postônicas finais, que são grafadas na norma padrão como *e* e *o*, serem neutralizadas em *i* e *u*: verd[i], peix[i] e mat[u] gross[u], goian[u], processo que pode também ser descrito como instabilização das vogais finais /*o*, *e*/ do PB. Todavia, enquanto a VKG comporta-se como as demais variantes do PB, a VMT traz o diferencial de a média anterior [e] poder ser mantida nessa posição, como em verd[e] e el[e], além de apresentar ocorrências semelhantes às línguas crioulas e línguas afroasiáticas que, segundo Clements (2000, p. 134) dispõem de um sistema trivocálico /i, a, u/. Exemplos da VMT são: pede > *pidi*, mede > *midi*, sobe > *subi*, corre > *kuri*, consegue > *kunsigi*. Em Fon, ocorrem *sísí* = respeito e *qùnú* = comer. No Crioulo Caboverdiano, *subi* = sobe, *dixi* = desce, *kibra* = quebra.

No tocante ao sistema consonantal, destacamos que, nas línguas Niger-Congo em geral, conforme Williamson e Blench (2000, p.37), ocorre contraste regular entre segmentos *fortis* (vozeados/sonoros) e *lenis* (desvozeados/surdos), os segmentos têm cinco pontos de articulação: labial, dental/alveolar, palatal, velar, labial(izado) velar, e, quanto ao modo, apresentam série de obstruintes fortis, oclusivas lenis, nasais e fricativas. Com relação a esses aspectos gerais, o Fon apresenta algumas especificidades no seu sistema consonantal que o distinguem nesse conjunto. Abaixo, os quadros com o sistema consonantal do Fon e os exemplos para cada um dos fonemas presentes nele:

Quadro 9. Sistema Consonantal do Fon

			Labiais	Apicais	Dorsais	Alveolares	Labio-Velares	Velares	Uvulares
orais	vozeadas	surdas	f	t	c (ʃ)	s	kp	k	x
		sonoras	v	d	j (ʒ)	z	gb	g	ɣ
	desvozeadas		b	ɗ		l	w		
Nasais			m	n	ŋ				

Fonte: traduzido e adaptado de AKOHA (2010, p. 37)

Quadro 10. Exemplos do Sistema Consonantal do Fongbé Quadro 10.

f [f]ɔ[f]i fósforo	t [t]ávô- mesa	c (ʃ) cáví- chave	S [s]í- respeitar	kp [kp]á[kp]a- pato	k [k]ô- pescoço	x [x]wê- casa
v [v]í- filho	d [d]ã- serpente	j (ʒ) [j]óhõ- vento	z [z]ã- a noite	gb [gb]ɔ- respirar	g [g]ã- chefe	ɣ hó- quarto
b [b]ólô- fazer	ɗ [ɗ]lo- sonho		l [l]ã- carne	w [w]ã- chegar		
m [m]ô- armadilha	n [n]ô- mãe	ŋ nyõnu- mulher				

Fonte: elaborado pelos autores

No sistema consonantal do Fongbé, é imediata a percepção de que o clássico par oclusivo bilabial do PB não aparece. Esses fonemas existem em Fon, mas em outra configuração: o fonema /p/ ocorre somente em vocábulos que chegam à língua por empréstimos e, assim mesmo, muitas vezes, em alofonia com /f/. O fonema /b/ ocorre em contexto semelhante ao da oclusiva /ɗ/: diante de vogais orais. Diante de vogais nasais, elas ocorrem como homorgânicas, sendo, então, na perspectiva teórica de alguns autores, /b/, /m/ e /ɗ/, /n/ considerados alofones. Em Fon, a vibrante /r/ também advém de empréstimos e, algumas vezes, em alofonia com /l/. No quadro 9, baseado em Akoha (2010), não constam as africadas /tʃ, dʒ/, mas elas figuram no quadro descrito por Lebevre e Brosseau (2002 *apud* Wikipedia, 2020). Por esses breves comentários, podemos perceber que há grandes diferenças entre o sistema consonantal do Fongbé e o

do PB, extensivas à VMT e à VKG, as quais apresentam as mesmas consoantes do PB, conforme quadros abaixo:

Quadro 11. Sistema Consonantal da VMT e da VKG

MODO DE ARTICULAÇÃO		PONTO DE ARTICULAÇÃO						
		Bilabial	Labiodental	Dental	Alveolar	Palatal	Alveopalatal	Velar
Oclusivas	surda	p		t				k
	sonora	b		d				g
Fricativas	surda		f		s	*ʃ		
	sonora		v		z	*ʒ		*x
Africadas	surda						*tʃ	
	sonora						*dʒ	
Líquidas	Laterais				l	ʎ		
	Vibrante				r			
Nasal		m		n		ɲ		

Fonte: elaborado pelos autores

Quadro 12. Exemplos do Sistema Consonantal da VMT e da VKG

p [p]omba		t [t]atu				k [k]aititu
b [b]eleza		d [d]oura[d]o				g [g]uri
	f [f]estejo		s [s]erra	*ʃ [ʃ]eiro		
	v [v]ivendo		z [z]um-zum]	*ʒ [ʒ]anela		*[x] [x]emédio
					*tʃ [tʃ]uva	
					*dʒ [dʒ]ente	
			l [l]eveza	ʎ fo[ʎ]a		
			r pe[r]aputanga			
m [m]el		n [n]ascida		ɲ gali[ɲ]a		

Fonte: elaborado pelos autores

No quadro do sistema consonantal da VMT e da VKG, pode-se observar que, além das dezenove consoantes do PB /p, b, t, d, k, g, x, f, v, s, z, ʃ, ʒ, l, r, ʎ, n, m, ɲ/ há o acréscimo das africadas /tʃ, dʒ/, marcadas com asterisco tal qual /ʃ, ʒ/ e /x/. No caso

dos segmentos africados, a marca é para destacar que os fonemas /t/ e /d/, em muitas regiões brasileiras, passam por alofonia contextual antes de /i/, como em [tʃ]ijolo e [dʒ]isse e que, em lugares do nordeste brasileiro, como na Bahia, essa alofonia ocorre depois de /i/, como em direi[tʃ]o e mui[tʃ]o, confirmando que /tʃ, dʒ/ são alofones contextuais de /t, d/ e não fonemas no PB em geral. Registros do vocábulo mui[tʃ]o na VKG, demonstrando que este traço, tal qual na costa brasileira, consta no interior do País. Na VMT, diferentemente, as africadas ocorrem assim:

No PMB, elas [tʃ, dʒ] passaram a ocupar o lugar lingüístico das fricativas /ʃ/ e /ʒ/, respectivamente. Quanto aos fonemas /t/ e /d/, estes não apresentam alofonia contextual na variedade mato-grossense, tal qual em algumas regiões do nordeste. (...) No PMB, as fricativas palatais /ʃ/ e /ʒ/ passaram a existir simplesmente como alofones respectivos de /s/ e /z/ (SOUZA, 1999, p. 98)

Na VMT, de fato, /tʃ/ e /dʒ/ comportam-se como fonemas, realizando-se, respectivamente no lugar de /ʃ/ e /ʒ/ com todas as vogais, como em [tʃ]ácara, [tʃ]egar, pi[tʃ]é, [tʃ]iclete, ria[tʃ]o, ca[tʃ]órra, [tʃ]uva e [dʒ]anela, [dʒ]elo, [dʒ]e[dʒ]é, fin[dʒ]ir, [dʒ]ogo, [dʒ]ósa, in[dʒ]ustiça. Na VKG e no PB em Geral essa ocorrência não se dá. Contrastivamente, conforme observado em 9, no inventário do Fon não constam os fonemas /tʃ/ e /dʒ/. Nessa língua, as africadas ocorrem em número restrito, como nos vocábulos [tʃ]ô = lamentação e [dʒ]ã = nome de um peixe, e havendo registros de oscilação entre /ʃ/ e /ʒ/ na fala de alguns falantes. Isso nos leva a crer que o terreno das fricativas e africadas é também movediço e variável nessa língua africana tal qual no PB, considerando-se a comparação básica entre essas duas variedades aparentadas do ciclo do ouro em cotejo.

No caso do segmento fricativo velar /x/, a marcação com asterisco no quadro 12 deve-se à necessidade de destacar que, diferentemente do PB em geral, esse segmento não consta na VMT. Em seu lugar, como onset/ataque ou C1 no início vocabular ou em posição intervocálica, ocorre vibrante simples /r/ ou múltipla /r̄/, como nos vocábulos



[r]apaz e [r̄]apaz e ca[r]o e ca[r̄]o para “carro”. E em seu lugar, como coda, registra-se a retroflexa /ɾ/, como em pe[r̄]to. Na VKG, /x/ também pode ser realizado como retroflexo em posição de coda silábica. Aliás, nessa posição, pode haver oscilação entre /ɾ, x, h/ na fala goiana, como em ca[ɾ, x, h]ta. Essa oscilação sugere, no ambiente de formação dessas variedades, a coexistência de formações linguísticas distintas nas a vibrante /R/ poderia ser interpretada e realizada de modos variados.

Na Língua Fon, o que encontramos relativo à vibrante /r/ diz respeito à sua ocorrência em vocábulos chegados à língua por empréstimos e à sua alofonia com a lateral /l/, num processo de rotacização semelhante ao que ocorre no PB, a chamada oscilação entre /l, r/. Todavia, em Fongbé, embora o processo compreenda a oscilação entre essas líquidas na posição C2 do grupo consonantal, ele é condicionado ao contexto fonológico antecedente. Nesse caso, se como C1 ocorrer uma consoante alveolar, o falante terá a opcionalidade de realizar /r/ no lugar de /l/, como em j̀l̀ò “querer” > [ḍɹ̀l̀ò] ou [ḍɹ̀r̀ò]. Na VMT, o rotacismo é um fenômeno frequente, tanto no onset das sílabas complexas, como em c[r]aro “claro”, quanto como coda nas sílabas travadas, como em ba[r̄]de “balde”. Na VKG essa variação é recorrente como na maioria das variedades brasileiras, porém na VMT oitocentista a rotacização caracteriza regra categórica para os grupos consonantais. Em 13, exemplos dessa natureza:

Quadro 13. Exemplos de rotacismo na VMT

[ˈplanu]	>	[ˈprano]
[ˈblɔku]	>	[ˈbrɔko]
[ˈflawta]	>	[ˈfrawta]
[vladiˈmir]	>	[vradiˈmi[ø]]
[bisiˈkleta]	>	[bisiˈkreta]
[ˈglɔrja]	>	[ˈgrɔrja]

Fonte: SOUZA (1999, p. 127)

Como sabemos, do Latim às línguas neoromânicas, o rotacismo é fenômeno antigo e, no continente africano, sua ocorrência é frequente nas famílias linguísticas dos subgrupos benuê-congo e benuê-kwa presentes no Brasil colônia, cujos falantes não



dispunham de uma ou de outra consoante líquida em seus inventários, gerando, então, oscilação entre elas no momento da fala. Logo, é natural conjecturar que esse traço constante nas variedades do ciclo do ouro do PB remetam igualmente às suas matrizes africanas e não somente à matriz europeia no período da formação e expansão da grande e heterogênea língua brasileira.

2.2.2. Nível Silábico

No nível silábico, os segmentos sonoros se articulam em unidades maiores que, reunidas, darão forma aos vocábulos de uma língua. Essa parte fulcral do componente fonológico de uma língua pode ser chamado também de fonotática ou articulação dos sons ou, ainda, modo como os sons se combinam numa espécie de sintaxe sonora. Em contextos de contatos linguísticos, depois dos segmentos, a sílaba parece ser a unidade que por mais processos passa durante a feitura e refeitura, ajustes e reajustes dos tecidos linguísticos em presença. Muitas das vezes, inclusive, processos que parecem estar acontecendo somente no nível segmental estão, também, operando na camada da sílaba. E o tipo de sílaba ótimo que emerge nessas circunstâncias, geralmente, é o CV. No caso do PB, a incidência desse tipo silábico é muito grande. Aliás, muitos recursos de reestruturação foram empregados pelos falantes das LAS que se encontraram no Brasil para fazer com esse tipo de estrutura comum em suas línguas maternas (re)emergisse.

De acordo com Clements (2000, p. 140),

Na maioria das línguas africanas, as palavras podem ser exaustivamente divididas em uma sequência de sílabas. Ou seja, cada palavra pode ser analisada em uma sucessão de unidades da mesma forma geral, tipicamente contendo um pico ou proeminência V (representando uma vogal, ditongo ou consoante 'silábica'), geralmente precedida e às vezes seguida por uma margem C menos proeminente (representando um aglomerado consoante ou consoante). Uma margem inicial é chamada de *onset* e margem final, uma *coda*.⁹

⁹ No original: In most African languages, words can be exhaustively divided into a sequence of syllables. That is, each word can be analysed into a succession of units of the same general form, typically containing a peak or proeminence V (representing a vowel, diphthong or 'syllabic' consonant), usually preceded and sometimes followed by a less prominent margin C (representing a consonant or consonant cluster). An initial margin is termed an *onset* and a final margin, a *coda*



Clements (2000, p. 140) destaca ainda que o tipo CV é, de fato, o tipo estrutural preferido em muitas línguas do mundo. Inclusive, as línguas podem ser caracterizadas de acordo com ele como línguas que permitem sílabas sem coda (V), sílabas com codas (CVC) ou ambos (V, CVC e CV). Sílabas sem onset (V), quando permitidas, geralmente ficam restritas à posição inicial de palavra. Consoantes de coda geralmente resultam de uma perda de uma vogal, e frequentemente retem algumas características da vogal perdida. Na linha evolutiva natural das línguas, sem grandes sobressaltos, bem como naquelas situações de contato intenso, geralmente, operam processos de queda, inserção e troca de posição de segmentos nas sílabas que encaminham os vocábulos na direção da sílaba CV, provavelmente, também por essa aquela de mais fácil produção e percepção.

Na Língua Fongbé, o tipo silábico por excelência é o CV, conforme pode ser demonstrado pelos exemplos do quadro 14. No quadro 15, são apresentados tipos silábicos e fornecidos exemplos vocabulares para a VMT e a VKG.

Quadro 14. Tipos Silábicos e Exemplos do Fon

Monossilábico CV: tɔ- pai; nɔ̃- mãe, wã- cheiro/odor; sí – respeitar; (40,84%)
Bissilábico CVCV: galí- farinha de madioca, càví- chave (26,80%) VCV: ásí- esposa/fêmea, átã- vinho de palma (13,80%) CVV: wíí- mel, lèè- leite (6,62%) VV: êô- não, áô- oh (expressão de piedade) (0,24%)
Trissilábico VCVCV: avivɔ- frio, awêwê- (estação de frio misturado com calor) (7,87%) CVCCVC: còkòtò- bermuda, zigidí- estrondo (1,80%) VCVV: azií- amendoim, aluú- segura (0,82%) CVCVV: béléú- rapidamente (0,24%)

Fonte: AKOHA (2010, p. 43)

Quadro 15. Tipos Silábicos e Exemplos da VMT e da VKG

	VMT	VKG
V	(e)h! ah!	mandi(o)ca
VV	(ui)-ui-ui!	(ou) quá
CV	(ma)trinxã	(su)ssa
CVC	de(más) de bom!	(cus)tosso
VC	(es)piga	(in)riba
CCV	(bra)sa	a(bro)ba
CVCC	(pers)pectiva	Tocan(tins)
CCVC	(prás)tico	(trem)
CVV'	ma(mái)	(Goi)ás
CV'V	(kuá)!	min(gau)
CVV'C	(seis)centos	(muin)tchu
CVVVC	(quais)quer	i(guais)

Fonte: elaborado pelos autores

Pelo quadro silábico 15, comprovamos irrefutavelmente que o tipo silábico CV é majoritário em Fon relativamente aos demais descritos e exemplificados. Na VMT e na VKG, desconhecemos estudos que tenham trabalhado nesse sentido de cotejar essa proporção. Contudo, acreditamos que a participação de africanos afrodescendentes atuou no sentido de promover esse tipo silábico por meio dos processos que trataremos em bloco adiante: redução dos ditongos *ei* a *e* e *ou* a *o*, instabilização do /l/ final e desaparecimento de /r, s, m/ finais. Compreendemos que todos esses processos podem ser incluídos no bojo do macroprocesso de destravamento silábico, no qual é preciso que um segmento desapareça em síncope ou apócope para que a estrutura CV ocorra ou seja restabelecida.

No caso da redução dos ditongos crescentes *ei* e *ou*, a monotongação produz um tipo mais leve de sílaba que deixa de ter, no núcleo – local exclusivo das vogais –, menos um segmento, uma V' que tem natureza semivocálica ou semiconsonantal a depender da lupa teórica, e passa a existir somente um V pleno em todas elas, como em qu[e]jo para queijo e [o]ro para ouro. Já o caso da instabilização do l final na coda



silábica implica num tipo de processo que o faz transformar-se /w/ e /ø/ ou mesmo em variantes do arquifonema /R/ no PB. Nos dois primeiros casos, a busca é por um modelo mais próximo do padrão canônico CV, como nestes dois exemplos: ma[w]te e jorna[ø]. No primeiro exemplo, um tipo CVC passa a CVV', no qual a vocalização do /l/ providenciou um ditongo decrescente que, no lugar de uma consoante plena traz uma semivogal ou semiconsoante, aproximando-se mais do modelo em destaque. No segundo exemplo, que inclusive é vasto e antigo no terreno dos verbos, o desaparecimento do /l/ gerou um tipo CV definitivo. Nos casos em que /l/ não cai nem vocaliza, mas passa a /R/, com a possibilidade de realização de múltiplas vibrantes ao longo do território brasileiro /r, ʀ, x, h/, o que se tem é mais um lance da antiga batalha entre duas velhas competidoras, as líquidas /l, r/ (vide rotacização em 2.2.1.), pelo mesmo espaço, nesse caso específico, o de C3 ou coda da sílaba.

Na efervescência do Brasil colônia, deve ter sido muito comum a operação de destravamento silábico e inconsciente recuperação do modelo canônico CV, em especial com a retirada de /r, s, m/ finais. Essa operação de reestruturação terminou por promover, no jogo de dados que é a língua, uma série de novos processos em outros componentes da gramática de todas as variedades do nascente PB. No caso da queda do /r/ especialmente no infinitivo dos verbos e finais de nomes, como em canta[ø] e Oma[ø], respectivamente, o destravamento da sílaba gera de imediato o (re)aparecimento da estrutura CV. Contudo, nos casos da retirada da fricativa /s/ e da nasal final, como em casa[s], come[m], a reestruturação que promoveu o destravamento silábico implicou em perda respectiva de concordância verbal e nominal. Logo, esses dois fenômenos foram sendo ampliados e também replicados por analogia em todos os cantos do Brasil. E, assim, o Português Brasileiro ganhava essa sua feição tão própria quanto próprios são os seus falantes.

Em busca da sílaba ótima, o processo de destravamento silábico, antigo conhecido de todas as línguas em operações metaplasáticas, então, mostrou-se uma eficiente estratégia, efetivo recurso para a (re)emergência do padrão CV que é o modelo silábico africano por excelência, além de configurar como quase um universal linguístico. Logo, defendemos a ativa participação linguística de africanos e afrodescendentes na



reestruturação do PE em terras brasileiras, não a mera e passiva reprodução de traços trazidos de uma distante e inatingível metrópole europeia. A ação sobre a língua era possibilidade para todos.

Considerações Finais

Ao final dessa rota em que pretendemos somar argumentos em torno da questão da semicrioulização do Português Brasileiro, destacando aspectos das línguas em contato no Brasil Central oitocentista e ressaltando a participação da “multidão sem voz” na constituição do Português do Ciclo do Ouro, temos algumas considerações a fazer.

Em primeiro lugar, gostaríamos de destacar que, no Brasil, mais do que uma hipótese da Crioulística, ao nosso ver, é fato que o Português Europeu (PE) não passou incólume ao encontro de tantas e diversos grupos de línguas africanas, em regiões diferenciadas e em períodos distintos da formação e expansão de língua nacional – aliás, língua alguma passaria; basta olhar exemplos além do mundo quinhentista nos ajustes e reajustes das famílias linguísticas. Esses fatores sociolinguísticos sozinhos o teriam transformado, senão numa língua sem filiação genética única ou uma língua crioula, ao menos numa língua altamente reestruturada gramaticalmente ou uma língua semicrioula. Somam-se a esses fatores, no entanto, aqueles relativos aos universais linguísticos, à deriva sapiriana e aos próprios efeitos do contato linguístico intenso que, acreditamos, encarregaram-se, em conjunto, de acionar os gatilhos diferenciadores das variedades que integram a grande e heterogênea língua brasileira, ao longo do tempo, das gerações e das localidades.

Em segundo lugar, gostaríamos de ressaltar que a participação de africanos e afrodescendentes na formação e expansão do PB foi tamanha e de tão diversas naturezas que se estendeu à vida brasileira em geral nos domínios da linguagem, cultura, religião, botânica, música e tantas outras áreas que fazem parte da vida de um povo. Longe da simples influência ou da apenas contribuição com empréstimos lexicais e ritmos musicais, os falantes da “multidão sem voz”, africanos e afrodescendentes – luso-africanos,



afro-ameríndios, luso-afro-ameríndios e outras tantas mestiçagens –, a despeito da escravidão da maioria e da liberdade mitigada de poucos e devido à ausência normatizadora da escola, participaram como protagonistas da reestruturação gramatical do PE. Esse feito embasado nas referências de suas línguas maternas em distintas regiões brasileiras, como foi o caso de Mato Grosso e de Goiás, estados que guardam em seu repertório traços crioulistas (cf. SOUZA, 1999) de otimização CV do sistema silábico e alterações no sistema segmental que remontam à ascendência africana. Africanos e afrodescendentes urdiram e teceram grande parte da trama social do Brasil Central – lembrando que a escravidão sempre foi do corpo e não da alma. E a língua, na cosmovisão africana, é “a alma do povo” (cf. ZOSSOU, 2020). Eles agiram, ao longo do tempo e das gerações, na construção do Português Brasileiro das ruas e da vida cotidiana que não “chegava pelos jornais nem pelos livros” (vd. BANDEIRA, 2020) e na construção das (res)significâncias de um povo desde sempre mestiço porque oriundo de matrizes também, essencialmente, matizadas.

Em terceiro lugar, gostaríamos de reiterar e defender, com base nos contatos de línguas no Brasil Central, na interação entre africanos e afrodescendentes no cenário interiorano do Português do Ciclo do Ouro e no contraste entre o Fon, a VMT e a VKG, que essa população de origem africana, no esforço para se comunicar e sobreviver no novo mundo, acabou por reestruturar profundamente o PE com base em seus padrões gramaticais – suas regras internalizadas que não desapareçam porque saíram de África – as quais foram passadas, por mais que fragmentadas, às novas gerações num movimento contínuo, gradual e incansável de inconsciente e ativa resistência. A esse processo fragmentado, porém ininterrupto, com *inputs* novos e/ou assemelhados a cada geração estamos chamando também de semicrioulização. Quando Holm (1992, p. 59) lançou o conceito, ele referia-se ao fato de o PB poder ser considerado, senão um crioulo, ao menos uma língua altamente reestruturada pelo contato entre uma língua crioula e uma não crioula. Acreditamos que esse conceito possa ser ampliado para captar a compreensão de que, em cada ponto da dialetalização regional do PB poderia ter havido um crioulo, em diversas e distintas fases de semicrioulização ou mesmo de recreolização. E aventamos que “se não houve”, foi porque, além dos motivos



discutidos na área – “no Brasil, deve ter havido dialetos crioulos em diversos lugares da colônia. Tiveram, porém, existência muito instável e cedo desapareceram” (MENDONÇA, 1935, p. 110) – sempre pareceu mais importante ao poder estatal, do Brasil colonial até o Brasil de hoje, manter a “voz” da “multidão” silenciada.

Referências

AKOHA, Albert. *Bienvenue. Syntaxe et lexicologie du Fon-Gbe*. L’Harmattan, Paris, 2010.

ALVES, Laci. M. A. Breve ensaio sobre o processo de expansão escolar em Mato Grosso (1719-1946). In: **Coletâneas do Nosso Tempo**, Ano 1, no. 1. 1997.

ARAÚJO, Nathany D. **Kalungas: os guardiões da memória crioula em Vão de Almas**. Trabalho de conclusão de curso. Brasília, Universidade de Brasília, 2017.

BANDEIRA, Manuel. Evocação ao Recife. Disponível em <https://pernambucoimortal.wordpress.com/2014/09/13/manuel-bandeira-a-lingua-certo-do-povo-e-a-identidade-pernambucanabrasileira/> Acessado em 2020.

BAXTER, Alan E LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. In: **Estudos Linguísticos e Literários**. UFBA. 1997.

BONVINI, Emilio. Línguas Africanas e Português Falado no Brasil. In: PETER, Margarida; FIORIN, José L. **África no Brasil: a formação da Língua Portuguesa**. Contexto, 2008.

CARDOSO, Claudinei V. Escravidão em Goiás – leitura de manuscritos oitocentistas de catalão. In: **LINGUAGEM – Estudos e Pesquisas**, Catalão, vol. 12 – 2008.

CLEMENTS, G.N. Phonology. In: HEINE, B; NURSE, D. (eds). **African Languages; an introduction**. Cambridge University Press, 2000.

CORREIA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Várzea grande: FJC. 1994.

FADAÏRO, Dominique. **Parlons Fon: langue et culture du Bénin**. Editions L’Harmattan, Paris, 2001.

HOLM, John. **Pidgins and Creoles**. Vol I e II. Cambridge University Press. 1986.

HOLM, John. Popular Brazilian Portuguese: a semicroule. **Actas do Colóquio sobre Crioulos Lexicais de Base Portuguesa**. Colibri, Lisboa. 1992.

HOLM, John. O Português do Brasil e o Português Europeu. In: MELLO, H; ALTENOFEN, C; RASO, T. **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2011.

GUEDÓU, G. A. G. **Xó et gbè, langage et culture chez les Fon (Bénin)**. Paris: Peeters Publishers, 1985.



LEFEBVRE, Claire; BROSSEAU, Anne-Marie. **A Grammar of Fongbe**. Gruyter. 2002. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_fom#cite_note-Fon_Grammar-4 Acessado em 2020.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Fatores Condicionantes na Formação do Português Brasileiro. In: **Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Uma interpretação para a generalizada difusão da Língua Portuguesa no Território Brasileiro. In: **Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004. P. 91-108

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIN, Tânia Maria (org). **Para a história do português brasileiro**. São Paulo: Humanitas /FFLCH/USP, 2002. 443-464

MELLO, H. Formação do Português Brasileiro sob a Perspectiva da Linguística do Contato. In: MELLO, H; ALTENOFEN, C; RASO, T. **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2011, 255-274.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no Português do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 2ª. ed.

MUFWENE, Salikoko. **The Ecology of Language Evolution**. Cambridge University Press. 2001.

NARO, Anthony J.; SCHERRE, Marta M. P. **Origens do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

OLIVEIRA VIANA, F. J. **O Povo Brasileiro e sua Evolução; Recenseamento de 1920- sessão solenne**. Directoria Geral de Estatística. República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1920.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. O português do Brasil, uma intromissão nessa história. In: **Africa-Brasil: caminhos da língua portuguesa**. GALVES, C. GARMES, Helder e RIBEIRO, F. R. (Orgs). Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009. 176-183

PESSOA DE CASTRO, Yeda. Das línguas africanas ao Português Brasileiro. In: **Afro-Ásia 14**, 1983.

PETTER, Margarida. **Línguas africanas no Brasil**. Gragoatá. 2005, 193-217.

PETTER, Margarida. **A Influência das Línguas Africanas no Português Brasileiro**. In: MELLO, H; ALTENOFEN, C; RASO, T. Os contatos linguísticos no Brasil. 2011. 255-274

PRANDI, REGINALDO. **De africano a afrodescendente**. REVISTA USP, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000.

SOUZA, Ulisdete R. de. **Fonologia do Português Mato-Grossense: uma perspectiva crioulista**. Dissertação de mestrado. Brasília, Universidade de Brasília, 1999.



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU

ISSN: 2178-1486 • Volume 11 • Número 33 • Mar 2021

 <http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v11i33.356>

SOUZA, Ulisdete R. de. A semicrioulização do Português em Mato Grosso. In: **PAPIA- Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico**, vol. 11, no. 1. 2001. Disponível em <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1853> Acessado em 2020.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WILLIAMSON, Kay; BLENCH, Roger. Niger Congo. In: HEINE, B; NURSE, D. (eds). **African Languages**; na introduction. Cambridge University Press, 2000.

WILLIAMSON, Kay. Niger-Congo Overview. In: BENDOR-SAMUEL, John. **The Niger-Congo Languages; a classification and description of Africa's largest Language Family**. University Press of America. 1989, 03-46.

ZOSSOU, Alban A. **O Code-Switching Fongbé-Francês: um estudo sociolinguístico**. Dissertação de mestrado. Trabalho inédito. Brasília, Universidade de Brasília, 2020.

Recebido em: 30/10/2020 | Aprovado em: 19/01/2021.
